

Atos do Poder Executivo

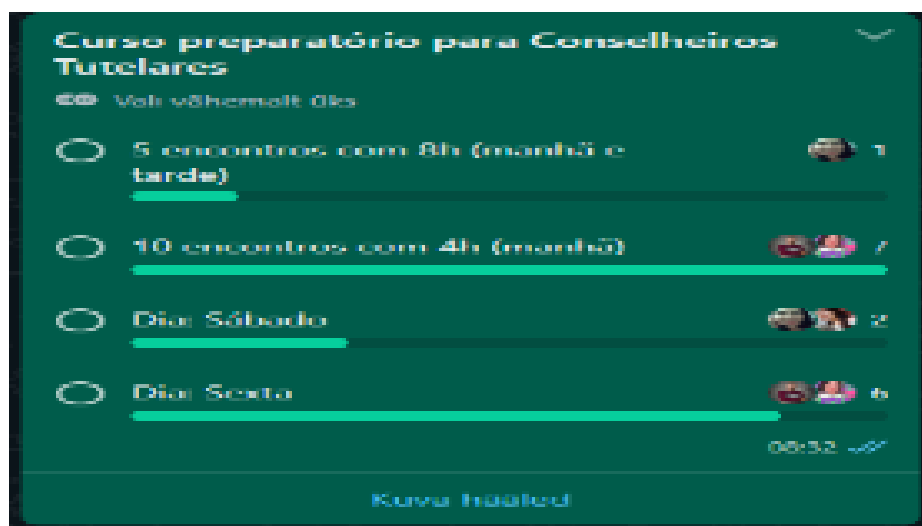
PREFEITURA MUNICIPAL DE REMÍGIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO HUMANO
CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
- CMDCA

RUA: DESEMBARGADOR LUIZ BRONZEADO, S/N CENTRO
LEI N.º 8.009/1990 LEI MUNICIPAL N.º 1.016/2015
CONTATO: (83) 9 9906 – 2225 CEP: 58.398 – 000

Resolução N.º 011/2023/CMDCA.

O Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente do município de Remígio-PB, no uso das atribuições legais estabelecidas na Lei Municipal n.º 1.016/2015;

Considerando principalmente o resultado da enquete realizada com os candidatos ao cargo de Conselheiro Tutelar, cujo resultado consta abaixo:



RESOLVE:

Art. 1.º - Atendendo conveniência dos candidatos eleitos ao cargo de Conselheiro Tutelar que optaram por realizarem o curso de formação na sexta, das 0h às 12h, no Centro de Referência da Assistência Social – CRAS.

Art. 2.º - O curso de formação para Conselheiros Tutelares eleitos, na qualidade de conselheiro titular e suplente estão obrigados a participar do citado curso integralmente.



Atos do Poder Executivo

PREFEITURA MUNICIPAL DE REMÍGIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO HUMANO
CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
- CMDCA

RUA: DESEMBARGADOR LUIZ BRONZEADO, S/N CENTRO
LEI N.º 8.069/1990 LEI MUNICIPAL N.º 1.016/2015
CONTATO: (83) 9 9906 – 2225 CEP: 58.398 – 000

CRONOGRAMA DO CURSO DE FORMAÇÃO	
CONTEUDO	
01	Estatuto da Criança e do Adolescente Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990 – DO ART. 1º AO 18º B
02	Estatuto da Criança e do Adolescente Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990 – DO ART. 19º AO 32º
03	Estatuto da Criança e do Adolescente Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990 – DO ART. 33º AO 89º
04	Estatuto da Criança e do Adolescente Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990 – DO ART. 90º AO 130º
05	Estatuto da Criança e do Adolescente Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990 – DO ART. 131º AO 267º
06	Lei do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) Lei n.º 12.594, de 18 de janeiro de 2012
07	Lei da Escuta Protegida Lei n.º 13.431, de 04 de abril de 2017
08	Lei Municipal n.º 1016/2015
09	Políticas Públicas Sociais Básicas
10	Técnicas para elaboração de relatório circunstanciado

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Remígio – PB, 10 de outubro de 2023.

Maria das Neves André Soares
Presidente do CMDCA
Remígio - PB